

## **Narrativa e Experiência: Contribuições da Imersão para a Construção do Texto Jornalístico<sup>1</sup>**

Rejane Moreira<sup>2</sup>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

### **RESUMO**

Este artigo parte de uma experiência acadêmica vivenciada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A partir de uma proposta inicial de trabalho, que conjugava o conceito de cidadania e a prática de imersão etnográfica, sugerimos uma pesquisa de campo em que os discentes pudessem experimentar múltiplas formas de narrar o outro. Com ajuda do diário de campo e da escolha dos objetos de estudos, os alunos se aventuraram a produzir textos jornalísticos-etnográficos que problematizaram “o que se escolhe narrar” e “como se narra o outro”. A partir de diversos autores buscamos compreender a força da escrita como lugar em que o pensamento se expressa e o texto como elemento estético de conjugação de multiplicidades. Narramos aqui a experiência de formação de um olhar acadêmico que buscou, acima de tudo, tencionar os limites, as brechas e as tessituras do texto jornalístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** narrativa; etnografia; jornalismo; texto.

### **ENTENDER O CAMPO: ACERCA DA ESCRITA E DA ETNOGRAFIA**

O campo jornalístico se constitui canonicamente por inúmeros atravessamentos disciplinares que se esboça num mosaico de áreas. Desvendar como o relato jornalístico se funda é buscar na interdisciplinaridade fonte permanente de inspiração. No presente artigo, pretendemos, a partir da interdisciplinaridade, apresentar questões alavancadas por uma experiência acadêmica formativa, que buscou perceber os múltiplos modos de construção do texto jornalístico quando este se permite intuir pelas fronteiras de outros campos de conhecimento. Com subsídios da etnografia, procuramos alinhar possibilidades de construções textuais que escapam de modelos aprisionantes e reducionistas, comumente propagados na maioria dos textos jornalísticos.

Para iniciarmos nossas discussões, é preciso entendermos como a escrita se constitui como fundamento da prática jornalística. Se tomarmos a história como instrumento de análise, veremos que a escrita se configura como elemento fundador de um tipo de pensamento letrado. A história da escrita alfabética é bem mais curta do que a da

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup>Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, Coordenadora e professora do Curso de Jornalismo na UFRRJ, coordenadora do NECOM, coordenadora do GP Jornalismo Impresso da Intercom, e-mail. rejanemoreira@gmail.com

escrita gráfica. Assim, segundo François BRESSON<sup>3</sup>, as escritas ideográficas ou silábicas foram “descobertas ou inventadas” em vários momentos históricos, já a escrita alfabética não. A escrita alfabética teve uma especificidade, uma alocação histórica e implicou mudanças intensas nos modos de pensamentos. Isso nos apresenta alguns questionamentos sobre como podemos perceber, a partir da escrita, certos modos de estar, conviver e perceber o mundo. Em suma, a escrita é uma de tecnologia<sup>4</sup> que sugere formas muito singulares de apreensão do mundo.

Adotando essa questão, BRESSON (1996) nos assinala como a escrita alfabética necessita de “certo procedimento de instrução ou educação” para se efetivar como organizador social. O autor entende que os procedimentos de aquisição da escrita alfabética pressupõem modelos de abstrações, conjunções e adequações de contextos que não se constituem de modo espontâneo. O autor completa: “trata-se aí, necessariamente, de práticas sociais instituídas em que o simples contato com os escritos e observação das leituras, silenciosas ou não, não são suficientes para transmitir.” (BRESSON, pg 26, 1994)

Essa questão é recorrente, pois mesmo em civilizações como a nossa, que é eminentemente alfabetizada e se condiciona por processos de aprendizagem ligados ao modelo alfabético, há ainda necessidade de construções de modelos de aprendizagem para a apreensão da escrita alfabética. Notemos então que a aprendizagem da escrita requer processos sofisticados de modulações, de sínteses e condução de experiências diferentemente de modelos como o da oralidade. Até aí, nada de novo. No entanto, nossa questão com escrita propõe algumas outras miradas, pois no nosso entender é preciso perceber a força da escrita como difusora, produtora e reprodutora de um fazer jornalístico muito tencionado contemporaneamente com as tecnologias digitais. Se tomarmos as diversificadas formas de entender o letramento, perceberemos que estamos na iminência de uma mudança entre a *cultura do papel* e a *cultura da tela*. Esse ponto nos faz perceber apenas as multiplicidades de dilemas que o campo jornalístico experimenta atualmente.

Mas retornemos. Ao inventariarmos a importância da escrita na formação de um modelo de pensamento, que desemboca no que alguns autores como Walter Ong denomina letramento, buscaremos aqui analisar a especificidade da escrita como tecnologia que baliza o campo jornalístico como mediador, replicador e produtor de realidades. Buscamos então

---

<sup>3</sup> Cf. BRESSON, François. A leitura e suas dificuldades. In: CHARTIER, Roger. (org.) Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>4</sup> Tomamos como referência o conceito de tecnologia de Pierrri Lévy. Tecnologia propõe, segundo autor, certos modos de apreender, pensa e experimentar a cognição.

entender, a partir de uma experiência acadêmica formativa, como ultrapassar, romper, esgarçar os cânones clássicos da construção da escrita jornalística que impõe, com a utilização da escrita clássica, certos modos de percepções de mundo.

Esses modos de percepção de mundo caminham com o que se denomina senso comum. O senso comum produz certas formas de apreensão do outro e indica modelos de narração, muitas vezes encontradas nos manuais jornalísticos. Notemos que nos manuais encontramos formas que apontam fortemente como escrever, o que escrever e como buscar, a partir dessa escrita, a objetividade e imparcialidade que um texto claro e sucinto precisa versar.

Ao propormos agenciamentos mais intensos como a etnografia, nos aventuramos a criticar esse lugar da escrita como modelo, que não só funda a emergência de uma prática jornalística, como também impõe modelos mais ou menos óbvios de apreensão dos mundos narrados. A etnografia é também um tipo de escritura, de produção textual. No entanto, a motivação da etnografia pode nos fazer perceber como as amarras do jornalismo instituem muitas vezes barreiras visíveis para narrar o outro.

Esse agenciamento com a etnografia, movido principalmente pela vontade de formular a “descrição densa”, apontada por GEERTZ como condicionante para a pesquisa etnográfica, foi fundamento das atividades propostas. Segundo GEERTZ, o trabalho do etnógrafo é captar “o ponto de vista do nativo”, isso implica evidentemente numa deferência com o olhar do outro. Mas o que seria narrar o outro? Como buscar narrar o olhar do outro?

Em GEERTZ percebemos também que a busca por esse olhar, ou essa relação pesquisador/pesquisado não problematiza o lugar da subjetividade. É condição do próprio campo da etnografia certa aproximação com o objeto narrado e as interpretações virão necessariamente de um pesquisador, de uma subjetividade. Esse é talvez o principal diferencial do fazer jornalístico. Com a pressão das rotinas de produção e os modos industriais de construção dos textos, a possibilidade de encontro/distanciamento com o narrado torna-se problemático. O jornalista então se exime da possibilidade de fazer imersão em prol do elemento noticioso, da informação. Sodré aponta como o jornalismo, neste sentido se apoia na notícia:

Jornalismo – processo comunicativo de escopo bem mais amplo do que o da informação noticiosa pura e simples- mobiliza diferentes tipos de discurso, mas a sua moderna centralidade conceitual apoia-se na notícia.<sup>5</sup>

A construção da notícia tenciona a possibilidade de produzir narrativas “densas” como a da etnografia. No entanto, não só a notícia tenciona esse lugar como também a possibilidade de distanciamento e aproximação impõe formas de narrar singulares. Se tomarmos os critérios de noticiabilidade que norteiam os estudos do fazer jornalístico veremos que esse aspecto, como nos aponta CORREIA, se resume a:

criação da notícia é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização sala de redação, necessidade de manter os laços com a fonte, os desejos das audiências, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais frequentemente os jornalista operam<sup>6</sup>

Evidentemente esses elementos constituem um campo de compreensão de como as personagens, os acontecimentos e as narrações aparecem no texto. Ao propormos o trabalho, em dois diferentes semestres e com duas diferentes turmas, pudemos também entender que motivações, interesses e angulações eram necessários para produzir um relato jornalístico. Num mesmo movimento, entendemos como e com que materialidades se constituíam os textos jornalísticos, como também pudemos nos aventurar a novos “formatos” de escrita.

Um dos aspectos mais discutidos em nossas experiências foi a questão da escrita que busca a verdade e escrita que se preocupava “apenas” com narrativa. Como nos aponta Barros FILHO “os jornalistas se auto-definindo como “escravos dos fatos” ... sustentam implicitamente a tese de que a verdade independe do sujeito que contempla” (2002, p158). Nesse processo reside a crença de que a verdade é autônoma e deve ser apenas perseguida, construindo um relato incontestável. A questão da objetividade, da imparcialidade corrobora com essa crença e auxilia a constituir um campo imerso na concepção de que existe realidade absoluta.

Dessa forma, a etnografia parece contribuir para a relativização das verdades óbvias que atuam no relato jornalístico. MALINOWSKI entende que relatar é utilizar à exaustão a descrição de dados e tabelas referenciais, é estabelecer relações, selecionar informantes,

---

<sup>5</sup> Cf. SODRÉ, M. A Narração do Fato- Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009, p.15.

<sup>6</sup> Cf. CORREIA, Fernando. Os jornalistas e as notícias. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 133

transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, tecer as proximidades e distanciamentos, além de produzir diários de campo. De qualquer forma, a etnografia exige um olhar criterioso na relação entre autor e o campo. Dessa forma, as possibilidades de sentidos emergem.

Ainda assim, MALINOWSKI compreende que descrever apenas não é a principal função da etnografia, mas também interpretar e produzir relações que podem contribuir para a narrativa do “outro distante”. Distanciamento e aproximação são elementos não contraditórios nesse processo de alinhar as impressões do real. Transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico são procedimentos dessa escrita atenta às intercessões, às brechas, às possibilidades de síntese.

Na perspectiva citada por Barros FILHO (2002), o jornalista fica na margem, na superfície desse processo, já que a notícia funciona como assertiva única, inalienável do processo de construção e visibilização do real. Como a função primeira do jornalista é buscar pelos critérios de noticiabilidade, a narrativa jornalística fica impregnada do sentido de verdade, de verossímil.

Na proposta do trabalho de campo almejávamos que essas diferenças funcionassem como elementos desafiadores. Desse modo, queríamos entender as diversas possibilidades de narrativas no sentido de aproximar/diferenciar o relato jornalístico da narrativa etnográfica.

### **PROBLEMATIZAR OS LADOS: ACERCA DA NARRAÇÃO**

A etnografia de pronto já nos apresentou determinados problemas: O que narrar? O que é narrar o outro? Essas questões foram constantemente alavancadas no desenrolar da produção do diário de campo. Se por um lado a etnografia nos impunha questões de o que narrar, por outro lado estudos sobre a narrativa nos indicavam como narrar. Neste sentido, BAKTHIN nos fez perceber como a narração está ligada a um determinado processo estético.

A partir dos estudos de BAKTHIN (2011) começamos uma pesquisa sobre os diversos formatos de discursos que circulavam nos textos. Com o autor percebemos como a prática jornalística utiliza o *discurso direto*. O discurso direto pode ser um esquema que mantém as formas variáveis da linguagem mais compactas e apresentadas em blocos na escrita jornalística. A narração no discurso direto confere força e forma às personagens, já que atualizam os eventos claramente. Colocar as falas entre aspas é uma forma dessa

atualização se efetivar. Nessa apresentação do discurso direto, as falas ficam mais vivas e tornam-se naturais. Recursos como as exclamações, as interrogações e os vocativos corroboram com o discurso direto.

No jornalismo, há utilização desses recursos de modo a produzir um duplo efeito: legitimar a proposição da matéria e conferir veracidade aos fatos narrados. Os verbos declarar, indagar, proferir, repetir são alguns dos diversificados verbos escolhidos pelo jornalista quando este vai se referir ao seu personagem.

O esquema de transmissão de informação é mais facilmente condensado nesse modo de relato de narração. Nossa proposta era tentar, além de considerar a etnografia em sua perspectiva de imersão, também possibilitar que outras formas de narração frutificassem no texto. Portanto, adequamos a imersão do diário de campo com a proposta bakhtiniana de *discurso indireto livre*. De forma sofisticada, buscamos mesclar a proposta da etnografia com o que Bakhtin define de *discurso indireto livre*.

Essa era uma tarefa difícil, pois propunha que o texto jornalístico perdesse sua forma inicial. Certa “relação de vulnerabilidade” entraria em ação na concepção geral da estética textual. Algumas dessas marcas podem ser vistas no diário de campo abaixo:

Nos apresentamos rapidamente e fomos encaminhados por ele mesmo até a repartição onde a ONG se acomoda. Subimos a escada, viramos à direita e seguimos reto, passando por uma sala razoavelmente grande e cheia de computadores e pessoas trabalhando que dava acesso à uma sala bem modesta, porém não menos interessante. O local era arejado; todo pintado de branco e com fotografias de moradores de favelas em cenas incomuns (ao meu ver) pregadas na parede.<sup>7</sup>

No relato, podemos perceber certa “precariedade aleatória” que ao mesmo tempo sofisticada a descrição do ambiente com impressões em primeira pessoa. As informações nesse formato não ficam claras e objetivas, mas conseguem colocar no texto as impressões do narrador.

No plano formal, o relato de discurso indireto propõe uma ação marcada do narrador que informa ao leitor sobre uma personagem. O discurso indireto incorpora o diálogo entre narrador e personagem. Esse modo é formalizado com algumas colocações verbais que aparecem normalmente em orações subordinadas. A diferença entre o discurso indireto e o indireto livre se dá na organização das orações. No discurso indireto livre, há também a aproximação do narrador da personagem, dando a sensação, muitas vezes, de certas tensões

---

<sup>7</sup> Cf. Trabalho grupo 7 – 2012.2

entre eles. Joaquim Matoso explica em seu artigo como Machado de Assis propõe essas passagens:

A chave de tal construção está no emprego da frase, em discurso indireto, completamente disjunta de qualquer elo de subordinação com um verbo introdutor *dicendi*. Teríamos, por exemplo, um espécime do discurso indireto livre, se, no trecho do Dom Casmurro há pouco citado, suprimíssemos a introdução gerundial dizendo e formássemos dois períodos independentes das duas partes restantes da frase: “José Dias recusou. Era justo levar a saúde à causa de sapé do Pobre.”<sup>8</sup>

O discurso indireto livre, segundo o autor é uma forma de narrar muito caracterizada na literatura. Segundo BAKHTIN, Dostoiévski seria o grande mestre em fazer circular esse tipo de narração. No discurso indireto livre autor e personagem se misturam produzindo falas “coletivas” em que os dois momentaneamente se confundem. É um tipo de narração muito sofisticada, já que rompe momentaneamente com as diferenciações entre autor-personagem.

Nos diários de campo, pudemos exercitar essa forma de narração, mas em muitos momentos apenas o discurso indireto se fazia presente. Narrar em primeira pessoa ou então deixar o personagem “falar” foi o que experimentamos nos textos produzidos. Em nossa proposta de trabalho queríamos deixar o texto jornalístico mais esgarçado, menos objetivo, mais literário. A seguir apresentamos algumas passagens dos 16 diários apresentados na disciplina.

### **ANALISAR OS REFERENCIAIS: ACERCA DA EXPERIÊNCIA**

Ao longo de dois semestres, não consecutivos, ministramos a disciplina Comunicação e Cidadania. Essa disciplina fomentou uma série de discussões que se pautaram especificamente no tripé Cidadania-Autonomia-Imersão. A proposta inicial da disciplina era tentar inspirar a construção de textos jornalísticos a partir das contribuições da etnografia. Nosso intuito era procurar exercitar a escrita jornalística com as possibilidades que a escrita etnográfica nos trazia. Portanto, deixar o texto jornalístico escapar, respirar, esquivar, reconduzir se constituía enquanto tarefa inicial.

---

<sup>8</sup> Cf. CÂMERA, J. M. O discurso indireto livre em Machado de Assis, Revista da Fundação Casa Rui Barbosa ano 3, número 6, dezembro de 2010

Para esse intento traçamos algumas direções, sempre acordadas e compartilhadas com todos do grupo. Traçar essas metas coletivamente também era condicionante do trabalho, já que um dos temas era a construção e viabilização da autonomia.

### **Notas cartográficas do processo:**

Encontrávamos-nos uma vez por semana e já nas primeiras aulas os alunos perceberam as diferenças entre as disciplinas que já havia ministrado e a proposta de ministração da disciplina Comunicação e Cidadania. As avaliações seriam feitas semanalmente apoiadas nos textos, listas de presença foram abolidas e já nas primeiras semanas mesclávamos leituras de textos com as temáticas, relatos das experiências e exercícios de construção textual em sala. Em cada encontro começávamos com a memória do encontro passado, narrado em textos por alguém escolhido ou simplesmente exposto oralmente.

O primeiro desafio apresentado ao grupo foi proposto conjuntamente e se conduzia a partir de duas frentes: 1. tínhamos que acordar o conteúdo, ou seja, o tripé conceitual se manteria, mas a forma como trabalharíamos o conteúdo deveria ser comum a todos; 2. que todo o processo de experiência alavancado pelos estudos e idas a campo fosse partilhado semanalmente numa espécie de relato (sempre escrito) que depois se processaria no diário de campo.

A partir dessas duas e difíceis propostas, que chamamos de “deflagradores do processo”, a disciplina, dividida em 16 encontros de 4 horas semanais, seria produzida de imersões conceituais e práticas de imersão. Nas imersões conceituais demarcamos e acionamos diversos conceitos importantes para o trabalho, tais como cidadania, democracia, jornalismo, etnografia, discurso indireto livre, autonomia. Alguns autores surgiram como apoio conceitual, tais como: Paulo Freire, Geertz, Deleuze, Bakhtin, etc.

Mesmo entendendo que a proposta não era criar todos os passos do diário de campo o desafio maior seria propor na prática de imersão um trabalho de construção textual jornalístico.

O desafio era trabalhar nos limites da escrita jornalística. Para isso questionamos os cânones constitutivos do texto jornalístico. Se a escrita tinha que ser objetiva, exercitávamos a colocação das impressões no texto. Se a pauta era demarcadora do desenrolar dos acontecimentos, buscávamos ir a campo sem “nada” previamente acordado. Se a apresentação do sujeito jornalista se fazia presente na produção da matéria,

problematizávamos como e quando nos apresentar enquanto jornalistas. Esse exercício não era apenas de desconstrução, mas de arejamento daquilo que se demarca como jornalismo.

Nesse processo de arejamento, encontramos alguns aliados, além da etnografia que problematizava a forma de abordagem do outro narrado e a permanência do sujeito na ação. Encontramos a reportagem enquanto formato que nos permitia demorar no texto. A etnografia e a busca pela grande reportagem nos indicavam novos caminhos.

No fim de quatro encontros, formamos os grupos e cada grupo escolheu um coletivo para trabalhar. Com um mínimo de quatro encontros *in loco*, todos do grupo deveriam acompanhar reuniões, palestras, discussões que o coletivo propunha, além de produzir um diário de campo descritivo de contextos, personagens e informações gerais que traçassem históricos dos coletivos pesquisados.

Abaixo, nossa tabela com referencial:

Semestre de 2012.2	Semestre de 2013.2
Total de alunos inscritos na disciplina: 34	Total de alunos inscritos na disciplina: 35
Total de Grupos: 7	Total de Grupos: 8
Temas	Temas
1. Escola Livre de Cinema	1. Grupo Escola Livre
2. Sala de Cultura da UFRRJ	2. Grupo Pontes de Diversidade Sexual
3. Observatório das Favelas	3. Alcoólicos Anônimos
4. Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira	4. Coletivo Circense
5. Nós da Baixada	5. Baque da Seda
6. Bem TV	6. Comunidade da Maré
7. Viva Favela	7. Associação de Mulheres de Seropédica
	8. Casa de Recuperação Maranathá

A tabela consiste na representação das diversificadas temáticas acionadas pelos alunos conduzindo ao nosso segundo elemento do tripé: cidadania. Essa questão foi muito debatida e muitos pontos foram acionadas como: O que é fazer jornalismo cidadão? Como apresentar essas questões no texto? O que é contar história? O que escolher para contar?

O produto de nosso trabalho seria a construção de uma escrita jornalística inspirada na etnografia e que tangenciasse a discussão da cidadania. Necessariamente questionávamos o papel do jornalismo como “mediador social”, mas isso estava implícito e não era óbvio. Tanto assim que em alguns momentos alguns alunos retrucavam: O que isso tem a ver com cidadania? Não estou conseguindo fazer essa ligação? Numa apresentação de trabalho o aluno faz suas próprias conexões sobre o assunto e diz:

Queria dizer que depois de ir aos Alcoólicos Anônimos e me inteirar mais sobre o que acontece lá, consegui entender a proposta da disciplina. Pra mim a disciplina despertou o olhar cidadão do jornalista. A proposta do trabalho que era ir sem uma pauta fechada e atento ao que acontecia me possibilitou entender isso.<sup>9</sup>

Essa possibilidade de ir sem uma pauta, sem perguntas específicas faz forte menção à antropologia. O trabalho deveria propor, no entanto, a mistura do diário de campo com uma narrativa jornalística. O texto deveria minimamente tencionar o papel do jornalista como autor, a personagem como alguém que é narrado e o contexto. A proposta era “demorar” no texto. Essa demora foi muito discutida como ponto de fuga dos cânones textuais jornalísticos. Notamos que a demora trazia com intensidade outras dimensões não consideradas pela narrativa jornalística. A dimensão psicológica aparecia com mais densidade. Esse aspecto impressionou a todos, pois a proposta de quebrar com as amarras da objetividade trazia com veemência aquilo mesmo que o texto jornalístico suprimia: a interpretação e a colocação do autor como produtor das impressões. Em alguns trabalhos isso ficou claro, como no trecho a seguir:

Durante o caminho percebi que eu e João estávamos ferrados se não fosse a Bruna. Não fazíamos ideia de onde era o F6. Já era noite e no céu havia uma lua cheia. Durante o caminho falávamos sobre isso, e como poderia servir para “encher linguiça” no diário de campo. Engraçado nossa preocupação em escrever algo antes mesmo de ter visto qualquer coisa.<sup>10</sup>

O trecho é muito revelador, pois se não tem uma pauta, há que se ter a escrita de qualquer forma. Mas ao mesmo tempo essa escrita acentua as colocações do autor. Não só os trabalhos apresentavam textos psicológicos, demasiadamente interpretativos, como também certo incômodo se expressava nas leituras que fazíamos no grupo. Esse incômodo

---

<sup>9</sup> Nota oral do aluno na apresentação do trabalho dos Alcoólicos Anônimos de 2013.1

<sup>10</sup> Trabalho do grupo 1 sobre a experiência com a Escola Livre, coletivo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Semestre de 2013.2

se anunciava em frases assim: “isso não é jornalismo, é antropologia”. Logo outro acrescentava: “nem é antropologia é psicologia mesmo”. Uma voz, vez por outra obliterava as falas: “estamos experimentado o que um texto pode”.

Alguns grupos utilizaram outros materiais como gravações de áudio, pequenos vídeos em que pudessem apresentar a proposta do coletivo pesquisado. A ida à campo proporcionou aos alunos em discurso mais “próximo” daquele que eles tentavam descrever. Muitos métodos foram utilizados, mas todos esses métodos foram colocados em suspeição pelo grupo, como nos apresenta essa interessante passagem.

Para conhecer melhor as motivações das pessoas que organizam a Sala de Cultura, propomos a eles uma entrevista de quatro perguntas sobre suas atividades, suas impressões objetivas e subjetivas naquele espaço. Não mais que quatro perguntas se adequavam ao que precisávamos saber e à nossa (deste grupo) possibilidade de transcrevê-las, interpretá-las e utilizá-las em boa medida neste trabalho. Procuramos provoca-los num sentido de estímulo e não de enfrentamento, pressão- a nos mostrarem quais são as personalidades que eles carregam para o cotidiano da Sala de Cultura.<sup>11</sup>

Assim, como os métodos de abordagem foram também reavaliados, algumas perguntas foram feitas: Apresento-me como jornalista? Vou lá, fico olhando, converso um pouco? Como abordo o outro? Em alguns grupos essa abordagem foi problematizada.

Terminamos então com uma reflexão que representa de forma clara a proposta do trabalho: fazer o texto jornalístico escapar e refletir sobre os seus métodos:

Ao escutar a “conversa” para transcrevê-la, pensei muito sobre a ideia de uma entrevista. Percebi o quanto uma entrevista jornalística é pouco para falar de /sobre alguém ou alguma coisa. Estamos no sexto período da faculdade de jornalismo, já fizemos muitas entrevistas e corríamos o risco muito grande de cair na armadilha da objetividade que necessita o jornalismo. O método etnográfico exige uma subjetividade controlada por parte do pesquisador difícil de ser encontrada. Era preciso perceber mais as respostas do Pablo. O que eu pensava e sentia importava, mas não podia deixar que a proximidade que tenho com ele se sobreposse ao que ele dias. Não era uma construção coletiva, não era uma conversa apesar de fazer diferença o que eu pensei sobre a fala dele.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Trabalho grupo 2. Sala de Cultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.2

<sup>12</sup> Idem.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF Martins, 2011.

BRESSON, François. A leitura e suas dificuldades. In: CHARTIER, Roger. (org.) **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996

CAIAFA, Janice. **Aventura nas cidades- ensaios e etnografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CORREIA, Fernando. **Os jornalistas e as notícias**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

FILHO, C. B. **Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia**. Revista Contracampo, vol.7, 2002

FLUSSER, V. **A escrita – Há futuro para a escrita?**. São Paulo: Annablume, 2010.

GEERTZ, C. J. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SODRÉ, M. **A narração do fato. Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, Vozes, 2009.